

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha da Tarde

Class.: 111

Data: 01.09.80

Pg.: _____

Reserva: Impasse

CUIABÁ, MT (FT) — A implantação da reserva Xavante de Parabubure, criada pelo Decreto 84.337, de 21.12.79, pondo fim a uma questão que se arrastava há mais de 20 anos, está sob impasse: os fazendeiros atingidos pelo decreto decidiram não sair da reserva, enquanto a FUNAI não fizer uma proposta "pelo menos honrosa". A decisão foi tomada sexta-feira, durante uma reunião realizada no Sindicato Rural de Barra do Garças, entre os fazendeiros e quatro emissários da FUNAI.

Baseando-se no estudo feito por uma Comissão Interministerial, composta por representantes da Mintex, Funai, Incra e Banco do Brasil, a Funai propôs a indenização das benfeitorias e a permuta das áreas ocupadas pelos 65 fazendeiros e 18 posseiros por outras áreas da União no Norte de Mato Grosso. O coronel Pagano, diretor do Departamento Geral de Patrimônio Indígena, que foi a Barra do Garças juntamente com mais três assessores da Presidência do órgão,

condicionou o pagamento das indenizações à assinatura de uma escritura pública de reconhecimento de domínio, através da qual as terras que vêm sendo ocupadas pelos fazendeiros e posseiros serão transferidas à União.

Além disso, a Funai estipulou um prazo de 30 dias para os fazendeiros desocuparem a reserva de Parabubure, sendo que, ao efetuar o pagamento das indenizações, a Funai faria o desconto das dívidas bancárias contraídas pelos fazendeiros, a fim de retirar as hipotecas que existem sobre a área. Os fazendeiros alegaram que em um mês é impossível desocupar a reserva, propondo que o prazo seja dilatado para, pelo menos, três meses. Não concordam também com o desconto das dívidas contraídas junto ao Banco do Brasil, porque a maioria dos projetos, alegam eles, ainda estão em implantação e o prazo de resgate das dívidas vence daqui a oito anos, em média.

"Isto é uma coação, um absurdo, uma monstruosidade" — afirmou Mário Seara, administrador da Fazenda Xavantina. Ele garantiu que "ninguém vai aceitar as imposições da Funai, que não quer reconhecer o direito de posse jurídica que temos sobre as áreas agora transformadas em reserva indígena. A Funai trata a gente como se fôssemos bandidos, invasores. Se houver bandido, este é o Estado de Mato Grosso que forneceu títulos de propriedade definitivos, o que foi reconhecido pela própria Funai, através das certidões negativas".